



GT 68. Práticas estatais, modalidades de gestão e feixes de poder

Coordenador(es):

João Paulo Macedo e Castro (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

José Gabriel Silveira Corrêa (UFCEG)

Sessão 1

Debatedor/a: Roberta Sampaio Guimarães (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Sessão 2

Debatedor/a: Katiane Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará)

A proposta deste GT é reunir estudos de diferentes matizes que tenham como campo de reflexão os feixes de relações de poder que ordenam, produzem, e reverberam práticas estatais. Visamos debater as relações entre setores da administração pública e aqueles que em distintos contextos de pesquisa podem ser classificados a partir de categorias como “usuários”, “empresários”, “pleiteantes”, “parceiros”, “especialistas” “atingidos”, “vítimas” etc. Serão especialmente de nosso interesse as análises que reflitam sobre a produção de mecanismos de assujeitamento e de modalidades de gestão e identificação de grupos e segmentos sociais através das práticas e discursos estatais. Para nortear o debate, sugerimos três eixos temáticos: 1. Projetos de desenvolvimento, projetos de cooperação e grandes empreendimentos; 2. Políticas de reconhecimento, memória e reparação; 3. Mercado, corporações, intermediários sociais e mediadores culturais.

A Unesco e a formação de agentes culturais nos anos 1970

Autoria: Caio Gonçalves Dias (Museu Nacional)

O objetivo desta comunicação é analisar um curso de formação de agentes culturais oferecido pela Fundação Getúlio Vargas com financiamento do Setor de Políticas Culturais da Unesco no Rio de Janeiro em 1978. O eixo analítico girará em torno da maneira como se constitui um escopo de atuação para as políticas culturais a partir da mobilização de um conceito de cultura dito antropológico aliado à noção de desenvolvimento. A partir de informações obtidas em pesquisa no Arquivo Central da Unesco, será possível compreender os termos em que o financiamento ao curso foi negociado. Nesse sentido, será oportuno refletir sobre a maneira como a Organização constrói seus Estados-membros como uma espécie de clientela, tanto na formatação do curso em si ? e sua posição junto aos outros projetos financiados no Brasil ? e também na seleção dos participantes da formação ? que tiveram sua viagem ao Rio de Janeiro financiada pela Unesco. Ao mesmo tempo, o curso em si tem um aspecto de propagação de um modelo de atuação estatal junto à cultura; cuja construção retórica é focada na possibilidade de replicação para diferentes contextos nacionais.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: